

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA 4°. EXAME DE SELEÇÃO – PROVA DISCURSIVA – 30.06.2012

-

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Pode a Constituição do Estado reservar determinada matéria à disciplina de lei complementar? (50 pontos)
- 2 É possível a instituição de isenção de tributo de competência estadual por: a) lei federal?; b) tratado internacional, ratificado pelo Congresso Nacional e promulgado por decreto presidencial? (50 pontos)

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 - A CEDAE, empresa estatal prestadora de serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a necessidade de implantar sistema de esgotamento sanitário no bairro do Recreio, pretende, para tal finalidade, adquirir bem público imóvel da União Federal, que se dispõe a vendê-lo, aduzindo que, para tanto, possui legislação genérica que autoriza o negócio e que, na hipótese, seria desnecessária licitação.

Você, instado a emitir opinião para assessorar o Diretor Jurídico da CEDAE, como se posicionaria? (60 pontos)

2 - É possível a celebração de convênio entre ente público e pessoa jurídica de direito privado com finalidade lucrativa, não integrante da Administração Pública? (40 pontos)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 Faça a distinção entre os institutos da desistência e da renúncia em matéria de Direito Processual Civil e responda: pode o juiz, antes da sentença, acolher a desistência sem a manifestação de concordância expressa do réu? E a renúncia? (50 pontos)
- 2 Em contestação apresentada pela PGE-RJ, em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual perante Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, foi deduzida preliminar de continência em relação à Ação Civil Pública que já tramita perante a Justiça Federal, na qual o Estado do Rio de Janeiro é litisconsorte passivo da União Federal. Pode o juiz acolher a preliminar, remetendo o processo para a Justiça Federal, a fim de que os feitos sejam julgados em conjunto? (50 pontos)